

ATA N.º 48/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2019

Aos sete dias do mês de outubro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Vice-Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----
- 2.º - Período de intervenção do público.-----
- 3.º - Período de antes da ordem do dia.-----
- 4.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística: -----
----- 1) Alteração ao plano de alinhamentos, Troço 4, na Avenida do Mar, em Ferrel – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----
----- 2) Edifícios abrangidos pela majoração e pela minoração das taxas de IMI, para o ano de 2019 – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----
----- 3) Operação de loteamento na Serra d'El-Rei, apresentado em nome de Serrana – Associação Desportiva, Cultura e Recreativa de Serra d'El Rei – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

- 4) Unidade de Execução para as instalações do posto territorial da GNR de Peniche, em Atouguia da Baleia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----
- 5) Pedido de licenciamento para alteração e ampliação de moradia unifamiliar e legalização de anexo, para o prédio sito na Rua dos Correias, n.º 8, em Fetais, apresentado em nome de Penichelar-Compra e Venda de Imóveis, L.ª – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;--
- 6) Pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 96/18, para o prédio sito na Rua da Padaria, n.º 5, em Ferrel, apresentado em nome de Ana Paula Soares Bernardo Marques – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----
- 7) Pedido de licenciamento para instalação de abrigo para produção agrícola em estrutura ligeira, sito na Quinta da Granja, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Hortogiga, Unipessoal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- Divisão de Obras Municipais: -----
----- 8) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Urbanização Fonte do Rosário, Lote 5, em Peniche, requerida por Tolca – Construção, Gestão Patrimonial e Comércio, S.A. - Pelouro das Obras Municipais;-----

----- Toponímia: -----
----- 9) Atribuição do nome de Rua do Conhecimento, a uma artéria da localidade de Peniche – Pelouro de Ligação às Freguesias; -----

----- Ocupação do espaço público e publicidade:-----
----- 10) Hasta pública para ocupação de espaço público para o exercício da atividade de prestação de serviços de restauração e bebidas não sedentárias no Porto da Areia Sul, em Peniche – Pelouro da Administração Geral; -----

----- Protocolos: -----
----- 11) Protocolo de Colaboração entre o Município de Peniche e APPeniche – Associação Patudos de Peniche – Pelouro da Administração Geral; -----
----- 12) Protocolo para a realização de estágio curricular – Curso de Assistente

Administrativo, a celebrar entre o Município de Peniche e a Saber Transmitir - Consultoria, Educação e Formação, Unipessoal, L.^{da} - Pelouro dos Recursos Humanos; -----

Educação:-----

----- 13) Atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior para o ano letivo de 2019/2020 – Pelouro da Educação;-----

----- 14) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Maria Martinho Serralha – Pelouro da Educação;-----

----- 15) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Bianca Ribeiro Raimundo – Pelouro da Educação;-----

----- 16) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pelo aluno Diogo Pereira Trindade – Pelouro da Educação;-----

----- 17) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Melissa Isabel Capítulo Nogueira – Pelouro da Educação;-----

----- 18) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Rafaela Monteiro Luz Harris Calado – Pelouro da Educação;-----

----- 19) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Rita Teixeira Fernandes – Pelouro da Educação;-----

----- 20) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Sofia Leal Amador – Pelouro da Educação;-----

----- 21) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pelo aluno Alexandre da Silva Murraças – Pelouro da Educação;-----

----- 22) Informação sobre o início do Ano Letivo 2019/2020 – Pelouro da Educação;-----

Património municipal:-----

----- 23) Aquisição de um prédio, sito no Brejo, em Ferrel, propriedade de Vítor Manuel Martins Vigário – Pelouro das Finanças;-----

Fixação de preços e taxas:-----

----- 24) Fixação dos preços pela prestação do serviço ao público de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de prestação de serviços e serviços auxiliares dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2020 – Pelouro das Finanças;---

Relacionamento Institucional:-----

----- 25) Colocação de um quiosque amovível de apoio à atividade Marítimo-Turística – Pelouro da Administração Geral;-----

Diversos:-----

----- 26) Atribuição de nome “Professor Nuno Bello” ao Polidesportivo do Bairro de Santa Maria, em Peniche – Pelouro da Administração Geral.-----

----- 5.º - Aprovação da minuta da ata.-----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e trinta e cinco minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche.-----

Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, Josselene Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, e Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, durante a apreciação e votação dos pontos um a sete da ordem do dia, David Gonçalves, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação do ponto um da ordem do dia, Florinda Monteiro, Engenheira Técnica Civil da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação do ponto quatro da ordem do dia, e Rodrigo Lopes, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos cinco a sete da ordem do dia.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

Senhora Maria Filomena Alexandre:

- Afirmou que vinha para saber da situação do telhado que há dois anos espera que seja arranjado, acrescentando chovia dentro de casa e a água infiltrava-se nas paredes. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Informou que a intervenção aguardava por uma oportunidade. Acrescentou que uma grande parte das casas de habitação propriedade da Câmara estavam a precisar de intervenções, mas como referiu, assim que puderem vão fazê-lo. Disse que os serviços têm estado a intervir em situações muito exigentes, como a da Berlenga, onde neste momento estava uma equipa. Afirmou que aquilo que às vezes achavam ser fácil corresponder, por vezes, não conseguiam porque apareciam outras exigências, porque eram as mesmas pessoas que às vezes, montavam as festas e transportam os materiais e neste momento, havia uma exigência muito grande em relação ao Campeonato do Mundo de Surf, mas que esperava que antes do inverno a situação da munícipe estivesse resolvida. Mencionou que tinha conhecimento da situação, que a questão já foi discutida com a responsável da Divisão de Obras, mas disse, ainda, que havia casos mais antigos e casas impróprias para viver, que também são património da Câmara. -----

Senhora Zita Mamede:

- Manifestou o seu choque relativamente à Nau dos Corvos, uma vez que quando foi encerrado não taparam os vidros de forma a que as pessoas não tenham acesso ao panorama interior que não era agradável. -----

- Disse que lhe chocou o facto de que na outra vez que veio a reunião de Câmara, de ter falado na Nau dos Corvos ter dito que o único apoio que lá existia para milhares de pessoas que faziam daquilo o nosso cartão de visita, era um senhor que vendia numa autocaravana, referindo que a própria era cliente e amiga desse senhor, que não o veio denunciar, mas que houve alguém que lhe disse que estava a pôr em causa o seu negócio. Declarou que na altura foi bem clara e que o que disse foi que deviam haver outras condições com um pré-fabricado, dispensado pela própria Câmara, proporcionaria melhores condições para receber os turistas. Lembrou-se de ter ouvido nesta sala, que nas redes sociais, estavam muitas opiniões de emigrantes, pessoas da terra que ficavam um pouco entristecidas e que consideravam que a Avenida do Mar, um dos pontos chave da nossa cidade, devia estar mais limpa. A Avenida do Mar em termos de higiene, devia ter outra apresentação, deveria melhorar –se o aspeto das ruas. -----

- Afirmou que o outro assunto que a traz à reunião de Câmara é a construção de um parque canino, que em Peniche há muito terreno. Mencionou que ia todos os dias passear o seu cão ao Parque do Baluarte, um espaço privilegiado, mas sugeriu que se pusessem tabuletas a dizer às pessoas para apanharem os dejetos dos animais, não querendo dizer que as pessoas o fizessem, mas que quem não apanhasse ficava sujeito a multa. Disse que era facilmente identificável quem não apanhava, não querendo dizer que passasse a apanhar, mas, pelo menos, ficava o aviso, uma vez que tinham essa obrigação como donos. Em relação ao Parque Canino, disse que na zona onde morava, em Odivelas, havia um parque canino muito rudimentar, mas que oferecia bastante segurança, uma vez que os animais não podiam atravessar a estrada. Explicou que num diâmetro de 30 metros, dentro de um parque, foi colocada uma rede ovelheira, dois portões, um recipiente para o lixo, um bebedouro para os cães, dois bancos em cimento armado para os donos se puderem sentar, algumas árvores plantadas e o espaço de socialização resumia-se a uma manilha dos esgotos que fazia de túnel, barreiras em madeira e um sobe e desce, mas basta. -----

- Sugeriu que na mesa devoluta fossem colocados copos e água para a assistência. -----

- Agradeceu a iluminação do Parque do Baluarte, referindo que neste momento, à noite, já tinham

condições para andar, pelo menos, no acesso que vai ter ao restaurante do parque. Disse que ainda poderia haver mais iluminação do lado do Skate Parque que estava completamente às escuras, mas, de qualquer forma, já não era um perigo ir para o interior do parque, que foi um dos assuntos que a trouxe anteriormente a uma reunião de Câmara. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação à suspeição que a senhora Rita Mamede levantou sobre quem tinha comunicado ao senhor da roulotte da Nau dos Corvos, pediu que lhe perguntasse quem lhe disse isso. -----

- Informou que em relação à limpeza da Avenida do Mar todos partilhavam daquele incómodo, e estavam a trabalhar nesse sentido. Precisavam, obviamente, da colaboração dos senhores dos restaurantes e acrescentou que estavam a ser tomadas medidas, nomeadamente a aquisição de um carro para lavar as ruas e os contentores. -----

- Em relação ao Parque Canino, disse que votou no projeto pelo que estava muito à vontade para falar dele e que, em princípio será construído no primeiro trimestre próximo ano, mas que primeiro será construído o Parque Infantil. Disse que não havia tempo para fazer tudo, nomeadamente da parte técnica, que não conseguiria fazer os projetos todos. -----

- Em relação aos dejetos e aos avisos, disse que todos tinham consciência do que cada um devia fazer. -----

- Ainda acerca do projeto do parque canino afirmou que se pretende fazer um parque canino digno, agradeceu as sugestões que a senhora Zita Mamede colocou, e declarou que se espera que em breve, esse e outros projetos, sejam concretizados. Acrescentou, ainda, que esta Câmara não desrespeita nem as pessoas, nem os animais, simplesmente não se conseguia fazer tudo, até porque foram aparecendo outras necessidades mais prioritárias. -----

Senhor Alfredo Santos:

- Disse que ia quase todas as semanas ao Cabo Carvoeiro por causa do negócio das pevides, tendo sido abordado várias vezes por pessoas que lhe perguntavam porque o edifício da Nau dos Corvos estava fechado, às quais respondia inocentemente que isso se devia a falta de condições de segurança, mas gostaria que o assunto fosse esclarecido para não mentir. Recordou que há uns anos a esta parte, foi entregue, a quem de direito, o restaurante para ser explorado, referindo que já estava fechado há quase um ano e as pessoas que lá estavam deixaram o espaço num estado caótico, decrepito e muito sujo. Afirmou que ter lido na Internet que no dia 23 de setembro, foi deliberado pela Câmara Municipal a nomeação de um grupo de trabalho para estudar a reestruturação do Cabo Carvoeiro e gostava que lhe dissessem se esta informação era ou não, verdadeira. Inquiriu ainda sobre se o edifício da Nau dos Corvos seria para reconstruir no mesmo sítio ou se existia alguma ideia para o fazer noutra parte, porque existia espaço para retirar o edifício de cima da rocha para, por exemplo, colocá-lo em cima das casas de banho, que podiam ser retiradas para o lado e feitas num outro lugar. Acrescentou que, em abono da verdade, as casas de banho estavam um pouco mais limpas do que há algum tempo atrás. -----

- Disse que o Baleal, um dos sítios mais bonitos do nosso concelho com a sorte de ser bafejado por uma estrutura geológica lindíssima e única no país, deveria ser objeto de estudo e de uma reestruturação. Sugeriu que a entrada, onde estava o parque de estacionamento, devia ter mais árvores e devia ser melhorado e que a parte que liga a parte oriental à ilha, a parte ocidental, disse que se podia colocar a hipótese de colocar umas palmeiras ao longo do pontão e dentro da ilha, poderia haver um jardim do lado esquerdo que embelezaria a zona. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que o edifício da Nau dos Corvos estava fechado porque foi feita a avaliação, no final do ano passado pelos técnicos da Câmara Municipal, tendo sido necessário recorrer à avaliação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que procedeu à avaliação do edifício e uma das

conclusões a que chegaram foi da necessidade de se realizar uma outra avaliação ao sistema rochoso, para se saber se existe segurança para o edifício se manter ali. Informou que não foi nomeado qualquer grupo de trabalho para reestruturar o edifício porque, a partir do momento que haja a decisão depois da avaliação feita, seriam os técnicos da Câmara os primeiros a poderem fazê-lo.-----

-Relativamente à transferência do edifício para outra área, nomeadamente aquela que o senhor Alfredo Santos sugeriu, disse que não era fácil, referindo que tinham um projeto que já veio a reunião de Câmara, que já foi alterado, que era de reordenamento e embelezamento da delimitação dos espaços. Disse que se ia fazer algumas estruturas em madeira e inclusive, que se fizesse uma espécie de miradouro com esplanada, com um pequeno quiosque, mas não foi dada autorização e havia outras entidades que superentendem ali, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente. Afirmou que se avaliaram outras soluções para suscitar essa autorização, mas seria muito difícil conseguirem convencer as entidades. Declarou que não era a falta de vontade do Executivo Municipal, porque considera que todos se reviam na Nau dos Corvos e na situação privilegiada que aquilo tinha, mas que a situação estava para além dos poderes da Câmara.-----

- Referiu que em relação ao estacionamento no Baleal não seria fácil porque terá de se agarrar e estudar o espaço, para o requalificar e melhorar substancialmente, mais cedo ou mais tarde. Sobre a sugestão de colocar palmeiras junto ao plantão disse que porque ser uma zona de praia seria impossível, mas agradeceu a sugestão e admitiu que um dia possa ser estudado como hipótese e que seja concretizável.-----

- Em relação a um jardim na ilha confessou que lhe parecia ser muito difícil concretizar, porque a Agência Portuguesa do Ambiente até chamou a atenção para alguns limitadores lá colocados. Comunicou que, neste momento, existia um projeto de reordenamento para toda a ilha em fase final, mas tinha a ver com a circulação de trânsito, de pessoas e delimitação do estacionamento, que será a decisão mais difícil, porque se não fosse difícil, teria sido tomada há muito tempo. ----

Senhor Joaquim Elisário Dias:

- Disse que o assunto que o trazia a reunião de Câmara era conhecido pelo senhor presidente. Informou que houve cães que lhe mataram dez ovelhas, identificados pela Guarda Nacional Republicana e por si. Referiu que a Guarda Nacional Republicana lhe disse que os cães deviam estar presos 24 horas depois do acidente, mas pela informação que tinha não foram presos. Comunicou que fez queixa à Guarda Nacional Republicana e a desconhecidos, mas na altura em que fez a queixa foi-lhe dito que os cães estavam presos, mas quando foi disseram-lhe que não os podiam prender e o pior é que não mataram só as suas ovelhas, mataram mais. Manifestou que se informou e tinha conhecimento que os cães vadios estavam sob responsabilidade da Câmara. Perguntou ao senhor Presidente porque razão os cães, de dia estavam soltos no acampamento dos ciganos e gostaria de saber quem lhe vai pagar as ovelhas.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que não conhecia o processo como o senhor Joaquim Elisário Dias achou que conhecia, e que por acaso, falaram-lhe há alguns dias desta situação, mas não foi ninguém da Câmara, mas a partir do momento que tomou conhecimento, pediu informações. Informou que estava a aguardar as informações para ver onde podiam intervir. Disse que o senhor Joaquim Elisário referiu que sabia de quem eram os cães e que a Guarda Nacional Republicana também sabia, pelo que seria nessa base que terá que intervir. Sobre a questão com a médica veterinária disse que tinha de falar com ela sobre este e outros processos porque, independentemente de terem ou não, condições para reter todos os animais, tinham obrigação de avaliar as situações e a situação não foi avaliada. Afirmou que não será um autarca que terá de lá ir confirmar, senão não era preciso ter técnicos e que em relação a este serviço havia mais problemas e processos complicados que vinham de trás e questões a clarificar que o incomodavam bastante. Acrescentou que ia tentar avaliar com a

Guarda Nacional Republicana também em relação a esta situação e, ainda, que se estavam a tomar medidas para que em breve tenham condições para recolher todas as situações que o concelho tem, em relação aos animais no concelho, nomeadamente com a construção de um novo canil, e que havia uma outra situação que ia facilitar muito todo este incómodo. Acrescentou que obviamente, era o primeiro responsável e desejaria que isto tudo fosse de outra forma. Informou que o que for imputável à Câmara esta assume-o. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação a este ponto que o senhor Joaquim Elisário trouxe, perguntou quantos animais atacantes estavam a falar e há quanto tempo esta situação aconteceu ou tem vindo a acontecer, só para terem ideia do tempo e de quantos animais foram mortos nestas circunstâncias. -----

Senhor Joaquim Elisário Dias:

- Disse que no dia 30 de agosto os cães entraram dentro da sua propriedade e mataram nove ovelhas, ferindo outras duas gravemente. Acrescentou que naquele mesmo dia em que os cães lhe mataram nove ovelhas, uma outra desapareceu. Informou que, posteriormente, mataram mais cinco ovelhas e um gato ao senhor António Manuel, ao senhor Alberto Luís mataram quatro coelhos. Mataram também dez ovelhas do rebanho do senhor Camilo. Afirmou que esta situação durava há mais de um mês e perguntou, novamente, se não se podiam prender os cães porque estes cães poderiam também atacar crianças.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Agradeceu a informação e afirmou que esta o senhor Joaquim Elisário Dias tocou num ponto muito importante que era a questão de alguma criança poder ser atacada por estes cães, considerava que o Município, no decorrer daquela semana, tinha de ver a situação, fazer a análise e ver se era realmente mais gravosa do que lhe pareceu na intervenção inicial do senhor Joaquim Elisário Dias, devido aos números agora partilhados e garantiu que vão ficar atentos.-----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Confessou que ficou preocupado, mas referiu que não conhecia esta situação, nunca lhe chegou nenhum tipo de informação desta natureza, embora conheça situações idênticas de outras partes do país. Afirmou que o grande problema não são só os animais que já mataram, porque estes animais, quando se organizam em matilha para atacar nunca mais paravam e, por esse motivo foram mortos vários animais. Se ninguém fizer nada podiam ser mortos mais animais, porque à medida que provam sangue os cães querem mais e ganham uma maior agressividade. Acrescentou que estes animais só não são selvagens porque tinham um ponto de referência, porque de resto eram completamente selvagens. Concordou com o que a senhora Vereadora Cristina Leitão disse, que têm de ser tomadas medidas urgentes e acrescentou que não percebeu como é que a própria Guarda Nacional Republicana ao tomar conta da ocorrência não acompanhou, ela própria, a prisão dos animais, que em seu entender era o que devia ter feito. Disse que, para não estar com eufemismos, se a Guarda Nacional Republicana toma conta de uma ocorrência onde há deliberadamente, morte de animais, a própria Guarda Nacional Republicana deveria ter zelado para que aqueles cães ficassem imediatamente sob custódia e que as pessoas que deviam tomar conta deles deviam tomar conta das ocorrências por eles, eram as culpadas. Informou que, em seu entender, têm de ser tomadas medidas muito urgentes, referindo que o senhor Presidente já informou que aguarde o relatório pedindo-lhe que tentasse abreviar o mais possível essa situação, porque achou que era bastante grave e tinha que ser resolvida com muita urgência. Ficou seriamente preocupado com os relatos que foram feitos e não tinha dúvidas que o senhor Presidente comungava desta preocupação e que iria fazer os possíveis para que esta situação seja resolvida rapidamente. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Informou que já marcou uma reunião com a senhora Médica Veterinária. Disse que de uma forma ou de outra vão ter que intervir e averiguar a situação, porque não é só a Guarda Nacional Republicana que falhou, a Câmara também tem estado a falhar. -----

Senhor Luís Franco:

- Disse ter vindo à reunião de Câmara a propósito do processo falado em reunião de Câmara no dia 6 de agosto, na Capela de Santo António e, entretanto, no dia 12, o senhor Presidente, prontamente, pesou mais alguns elementos para os técnicos que foram fornecidos pelo Arquiteto Norberto Grandela. Disse ter vindo apenas para tentar saber da evolução do processo e perguntar se era necessário mais alguma coisa da sua parte a fim de se começar a obter mais respostas e dar uma maior celeridade ao processo. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que se pudessem dar mais celeridade ao processo o teriam feito, mas que o técnico que estava com este processo tinha outros processos. Acrescentou que durante este mês, o processo deveria terminar. Afirmou que as decisões estavam mais ou menos tomadas em relação ao que se vai fazer, o processo teria de voltar a reunião de Câmara e referiu ainda durante este mês, o processo esteja terminado. -----

Senhor Arquiteto Teixeira Lopes:

- Disse que foram aprovadas situações para um terreno vizinho ao seu e que tem documentos para apresentar para todos terem conhecimento, não só a Câmara, como toda a sua vereação, mas também o público, porque estava a ser uma situação muito complicada e que solicitou uma reunião com o Presidente e que até agora não aconteceu. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que o senhor Arquiteto Teixeira Lopes já tinha feito acusações muito injustas em relação aos serviços, que os prazos que tinha apresentado não eram verdadeiros. Assumiu que se sabia que os Serviços e os processos estavam atrasados, mas que o senhor Arquiteto pressiona para que processos do senhor Arquiteto Teixeira Lopes ultrapassem os outros. Disse que neste momento, sabia que tinha os atendimentos em atraso, mas que os atendimentos também não se realizam no imediato. -----

Senhor Arquiteto Teixeira Lopes:

- Pediu desculpa, mas acrescentou que aquele processo se arrasta desde finais de novembro. Disse aos senhores Vereadores que aos técnicos é exigido que entreguem um CD com desenhos e elementos em PDF, se existia na Câmara uma rede de computadores perguntou porque é que aos técnicos que vão fazer a análise não era imediatamente distribuído o processo e que demora demasiado tempo a ser passado de técnico em técnico o que demora muito tempo. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que o serviço está a trabalhar de uma forma acelerada, a divisão está a fazer um grande esforço para ultrapassar todo um conjunto de dificuldades. Está, inclusive, a trabalhar num programa novo para submissão dos processos. Este novo programa para os processos que estejam em condições de entrar, os que estejam completos, irá resolver mais de metade dos processos, porque metade dos processos que dão entrada, andam para trás e para a frente, porque a maior parte dos técnicos não os apresenta completos, mas os maus da fita, na opinião do senhor arquiteto, são sempre os técnicos municipais. Disse que estava a pressionar muito os Serviços da Divisão

para que em breve, o senhor Arquiteto Teixeira Lopes, possa submeter o processo via Internet, mas no sistema gostaria que os processos incompletos no sistema ficassem assinalados como tal e em *stand by* para posterior aceitação da submissão. -----

Senhor Arquiteto Teixeira Lopes:

- Disse ter apresentado em tempos o processo para um terreno onde estava um edifício, que seguia dois alinhamentos. Entretanto, recebeu uma informação de uma Engenheira topógrafa dizendo que havia um pequeno desfasamento no levantamento topográfico que estava no respetivo processo e que, entretanto, a Arquiteta Gisela, não sendo geógrafa apresentou a informação de que existia um arruamento na traseira do lote. Afirmou que o que a Arquiteta Gisela identificou não é um arruamento, mas um caminho de pé posto do cadastro de há quarenta e dois anos. Declarou que foi elaborado um plano de alinhamento para o terreno de trás que não prevê o tal arruamento, aprovado pela Câmara e para o terreno de trás foi, entretanto, proposto uma unidade hoteleira informação que foi transmitida ao requerente. Referiu que a senhora Arquiteta Ana Carriço disse que se houvesse algo que não estivesse correto no meio desta aprovação anulava-se e isso era uma das coisas que não conseguia entender, porque nos aspetos técnico-administrativos e de acordo com o código do procedimento administrativo, isso não podia acontecer. Disse que, entretanto, o requerente não estava interessado e apresentou um loteamento que estava cotado, foi feito por um arquiteto, referiu que as casas estavam encostadas ao muro divisório do terreno do seu requerente com o terreno vizinho, o que estava correto. Afirmou que esta informação lhe foi transmitida no final do ano passado, com um ofício a transmitir que estava aprovado o Pedido de Informação Prévia, que tinha quotas e a implantação dos edifícios que estão encostados ao terreno do seu requerente. Disse que nos anos noventa, para se fazer a Estrada de Ferrel para o Baleal, houve cedência de terrenos para se fazer a respetiva estrada, o que estava correto, mas que não era correto dizer que existia um arruamento, o que era inconcebível. Disse que até à data, ninguém da Câmara lhe apresentou o perfil da estrada, acrescentou que perguntou ao Arquiteto Rodrigo há quanto tempo é que a iluminação pública mencionada no parecer estava naquela estrada, há quanto tempo é que o saneamento foi feito naquela estrada mencionada no dito parecer, quais são as larguras dos passeios que lá estão e como se ia chegar àquele arruamento que começava a Este da propriedade e acabava a Leste da propriedade. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que iam ter em conta a exposição do senhor Arquiteto Teixeira Lopes acerca do processo e que iam avaliar a situação. -----

Senhor Arquiteto Teixeira Lopes:

- Disse que recebeu a informação feita a 16 de junho no dia 10 de julho tendo questionado de seguida os Serviços sobre qual a razão daquilo estar a acontecer, porque razão era levantada a questão daquele arruamento e até hoje, não obteve qualquer resposta. Disse que já por duas vezes, pediu uma reunião com o Arquiteto Rodrigo, que mandou dizer que enquanto o problema não estivesse resolvido, não o atendia. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que os técnicos da Câmara Municipal tinham muito que fazer uma grande pressão dos processos. Afirmou que iam ter em conta o incómodo e as questões que o senhor Arquiteto Teixeira Lopes apresentou e que vão avaliar. Disse que cada um dos autarcas presentes era responsável e que se terá a questão em conta, quando se avaliar o processo. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Recordou o senhor Presidente que da última vez que o senhor Arquiteto Teixeira Lopes esteve

na Câmara colocou algumas questões visando alguns técnicos e sugeriu que os técnicos pudessem estar, não com o objetivo de fazer uma avaliação e conceder a aprovação do projeto, mas no fundo, para não colocar em causa a honra e o bom nome dos técnicos. Afirmou que se recorda que, na altura, o incomodou que o senhor Arquiteto tivesse dito que durante muitos anos fez projetos para o Engenheiro Marteleira e que nunca houve qualquer problema, mas que agora como não estava a fazer para o Engenheiro Marteleira já lhe eram colocados alguns entraves. Confessou que isso lhe causou um arrepio e por isso, sugeriu na altura, que pudesse estar a Chefe de Divisão, até para salvaguardar a honra e o bom nome dos nossos técnicos. Disse que o senhor Presidente tinha toda a razão em dizer que lhes cabia avaliar os dossiers, mas que nenhum dos senhores vereadores era técnico, independentemente de ter ou não formação em arquitetura ninguém estava a desempenhar funções de técnico, nem mesmo a sua colega, a senhora Vereadora Cristina Leitão que tem formação na área de Arquitetura, lhe competia fazer a avaliação técnica dos processos. Acrescentou que lhes compete fazer a avaliação política e tomar uma decisão política, com base nos pareceres técnicos. Agradeceu a apresentação do senhor Arquiteto, referindo que iam aguardar que o processo fosse trazido de novo à Câmara Municipal com os respetivos pareceres e que nessa altura, fariam a avaliação política com base, não só nos pareceres técnicos, mas também na exposição que o senhor Arquiteto apresentou. Referiu que não levava a lado algum estarem todos a falar de forma exaltada. Afirmou que o senhor Presidente disse que eram todos responsáveis porque exercem um cargo com responsabilidade, mas é só por isso, porque do ponto de vista da responsabilidade direta nos processos, afirmou que só estava nas reuniões Câmara à segunda-feira, para apreciar o que estava na Ordem do Dia, referindo que era responsável nessa apreciação, mas quanto à responsabilidade em todo o processo, julgou que o senhor Arquiteto saberia qual era a intervenção da Câmara. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Referiu que entendeu que todos os membros do Executivo são pessoas responsáveis e era foi ponto de vista que o afirmou, no sentido em que também têm que ser respeitados, no mínimo, como pessoas e não como responsáveis pelos processos. -----

- Em relação à sugestão que o senhor Vereador colocou, dificilmente permitiria, enquanto fosse ele a dirigir, a não ser que o Executivo o impusesse, sujeitaria os nossos técnicos a uma situação destas. Disse que já esteve presente em pelo menos duas reuniões onde o senhor arquiteto colocou as questões como quis e como defendeu. Afirmou que houve uma posição de colaboração e de conciliação de um conjunto de situações com os técnicos da Câmara e tentaram arranjar soluções. Disse que não se revia na questão do Engenheiro Marteleira e achou que nenhum dos vereadores se revia nela. Acrescentou que não há nenhuma perseguição a nenhum técnico, nem a nenhum promotor, mas que se o senhor Arquiteto quisesse fazer acusações tinha meios para o fazer. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara:

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Agradeceu a todos os que estiveram envolvidos no processo eleitoral do nosso concelho, nomeadamente os trabalhadores municipais, autoridades e membros das mesas. -----

- Em relação à Berlenga disse que, para a próxima reunião, viria uma informação sobre a possibilidade ou a necessidade de construir um acesso por trás do Bairro para a instalação dos painéis fotovoltaicos, referindo que o Arquiteto David tem estado a fazer um esboço para apresentar ao Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta e às outras entidades. -----

- Disse que na semana passada, estiveram reunidos com as quatro freguesias por causa das Grandes Opções do Plano e do Orçamento.-----
- Informou que se realizou uma reunião com os técnicos que estavam a acompanhar o processo do Plano Diretor Municipal, que lhes solicitou para fazerem o cronograma, referindo que fizeram, bem como o ponto de situação de tudo e o que estava por construir, o que estava concluído. Referiu que espera trazer essa informação à Câmara assim que esteja concluída. -----
- Disse que a Comissão de Proteção Civil reuniu para discutir o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, que estava concluído e seguirá os trâmites normais. -----

Senhor Vereador Mark Ministro:

- Deu nota que no passado dia 5 de outubro, dia da Implantação da Republica Portuguesa, foi também o Dia Mundial do Professor, uma data criada pela UNESCO em 1994 com o objetivo de chamar à atenção para o papel fundamental dos professores na sociedade e na instrução da população e nesse sentido, deixou uma saudação a todos os professores do concelho de Peniche.
- Destacou uma prova organizada pelo Sporting Clube Vila Maria, “*Taça Cidade de Peniche*”, que se realizou no sábado, acolhendo a equipa do Alcobertas e acabaram por conquistar a Taça, felicitando-os nesse sentido.-----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Juntou-se às saudações efetuadas, não só para os que participaram no processo eleitoral, como também aos professores, que era uma classe que nem sempre teve o reconhecimento que mereceria ter e achou que o Dia Mundial do Professor era um dia bem-vindo. -----
- Disse que no mesmo dia em que se comemorava o Dia Mundial do Professor, comemorava-se o aniversário do nascimento do senhor Luís Correia Peixoto aproveitando para fazer a evocação de um homem importante para a nossa terra. Afirmou que se deviam aproveitar estes momentos para refrescar a memória sobre pessoas ilustres da nossa terra. -----
- Informou que o Projeto Sextante, onde a Câmara é parceira, fez a sua apresentação pública e oficial na passada sexta-feira na casa da Bica uma sessão simples e “naïf”. -----
- Comunicou que não iria estar presente na próxima reunião porque, se tudo correr como estava previsto, na próxima sexta-feira, irá para o Ruanda e virá no domingo da semana seguinte.-----
- Transmitiu que lhe foi dito que havia ratos nos Portões de Peniche de Cima, na Rua Gil Eanes no Visconde e na Rua António da Conceição Bento, apenas para sinalizar a situação. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Associou-se às felicitações endereçadas. -----
- Felicitou todos envolvidos no processo eleitoral e a democracia por mais este ato em que foi eleita uma nova composição da Assembleia da República. Mostrou a sua preocupação, relativamente ao valor da abstenção em Peniche que era muito mais alto do que o valor nacional e isso devia fazer o Executivo refletir sobre o que se passava, se não teria que se verificar se nos Cadernos Eleitorais existe uma abstenção fantasma ou se, na realidade havia um comportamento de rejeição da parte da população, em termos maioritários ao voto. -----
- Manifestou-se surpreendido que, nos despachos de nomeação das Chefias que leu com atenção, tenha havido uma grande preocupação em mencionar a lei e a questão das condições para o exercício do lugar e no despacho de nomeação se referia apenas “licenciatura” duas vezes e os quatro anos de serviço, de carreira e que depois, quando se faz o anúncio do concurso, derive para a exigência de uma licenciatura específica. Quis saber quem fez o despacho e quem participou no concurso porque em seu entender tal era algo surpreendente considerando que no despacho a 21 de outubro de 2017, se referia apenas a necessidade de ser exigível uma licenciatura. -----

- Informou que na próxima quinta-feira vai para a Áustria e para a Hungria, regressando na semana seguinte e que, por isso, não estaria presente na próxima reunião de Câmara. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação à questão política e em relação à abstenção declarou que todos, não só Peniche em particular, deviam ter uma atenção e fazer uma reflexão sobre o que se passa, porque os resultados eram desanimadores desse ponto de vista. Afirmou que as pessoas não se reviam naquilo que era dito e que era feito.-----

- Informou que os despachos não foram feitos pela mesma pessoa.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Associou-se aos votos endereçados pelo senhor Vice-Presidente sobre o Dia do Professor e, também, sobre a Taça promovida pelo Sporting Clube Vila Maria.-----

- Associou-se às preocupações dos seus colegas, saudando em primeiro lugar, todos aqueles que estiveram envolvidos no processo eleitoral, os funcionários da Câmara e os que se voluntariaram para ir para as mesas. -----

- Manifestou a sua preocupação pela diferença de abstenção de Peniche face ao nível nacional, referindo que não se poderia escamotear a realidade de que Peniche tinha 9% a mais de abstenção que tinha a média nacional. Acrescentou que era um número expressivo, referindo que havia um evoluir ou um regredir na participação das pessoas nas urnas, o que os devia fazer a todos pensar, referindo-se à classe política, todos os presentes, eleitos, acabavam por pertencer a esta classe política e todos acabavam por ser corresponsáveis por esta desmobilização.-----

- Solicitou ao senhor Presidente informação sobre a aquisição dos armazéns, relativa à questão administrativa que falhou e, da última vez que estava a dirimir esta questão, referiu que a senhora Chefe de Divisão a estava a esclarecer e, por sugestão do senhor Presidente, o diálogo não continuou ficando depois de ser apresentado um documento escrito com essa justificação. -----

- Disse ter visto que a Câmara Municipal de São João da Madeira fez um projeto que entrou em funcionamento na semana passada para fomentar a melhoria do modelo de recolha de resíduos sólidos urbanos no centro, cerca de mil e seiscentas habitações, onde através de uma candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, se conseguiu fornecer recetáculos para promover a reciclagem e tornar São João da Madeira mais verde. Disse ter ficado bastante agradado e achou que era um bom exemplo que se podia replicar em Peniche. Acrescentou que, no passado, a Câmara deu contentores às pessoas do centro da cidade, mas não correu muito bem, talvez por falta de sensibilização junto das pessoas. Referiu que os moradores eram outros e que havia uma nova realidade no centro da cidade, acrescentou que seria bom terem a noção que existe muito alojamento local e mais gente jovem a morar no centro da cidade e interessante pensarem na questão da recolha do lixo de uma forma mais serena do que foi feito da última vez. Considerou que da última vez foi dado o pontapé de saída para se poder fazer uma verdadeira análise séria, moderada e humilde sobre este assunto. Como Câmara Municipal, tinham muito a melhorar e a aprender com bons exemplos e julgou que a questão que tiveram há quinze dias não foi propriamente profícua. Declarou que gostava de poder prestar a sua colaboração nesta matéria na melhoria do sistema de recolha de resíduos.-----

- Questionou o senhor Presidente, relativamente ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Afirmou que foram criadas algumas expetativas através do cronograma e que era expetável que este processo tivesse terminado há algum tempo. Disse que o senhor Presidente na reunião passada, teria dito que o processo estaria concluído, segundo a sua previsão, em maio de 2020. Confessou que, atendendo ao ritmo que este assunto tem sido discutido na Câmara Municipal, recordando que a última vez que o abordaram foi há três ou quatro meses, estava muito preocupado sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, porque considera existiam assuntos que já estariam mais ou menos consolidados e consensualizados, mas atendendo ao hiato

temporal, provavelmente, existiam assuntos que teriam que ser revisitados para estarem todos convictos do que foi consolidado. Recordou que a Câmara Municipal não tomou qualquer deliberação sobre a Marginal, sobre o Eixo Central da Avenida Paulo VI e que, portanto, existiam assuntos em que as suas discussões podem ter sido hipotecadas, fruto deste lapso no tempo que existiu. Disse que o senhor Presidente deu indicação de que iria reunir com a equipa, com o professor Jorge Carvalho e com o Arquiteto Gil Ribeiro, perguntando se já conseguia apontar à Câmara Municipal a sua expectativa e perspectiva de resolução desta matéria. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Informou que, acerca do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, se realizou uma reunião com todos os técnicos envolvidos no processo, nomeadamente os dois que o senhor Vereador referiu e as técnicas três da Câmara Municipal, tendo sido aprofundado o que faltava. Informou que deu algumas orientações de rigor e de urgência em relação a alguns procedimentos e disse que aguardava o cronograma e informação complementar. Transmitiu que, da parte técnica, tudo o que estava por completar tinha que estar concluído até ao final do ano. Não considerou que iam voltar atrás em relação ao que foi consensualizado. Considerou que o processo estava no bom caminho, havia algumas dificuldades, alguns documentos que mais atrasados e havia, também, a forma do registo de alguns dados que não existiam, mas que, em seu entender, estará tudo sobre controle. Acrescentou que sugeriu ao professor Jorge Carvalho que marcasse uma reunião com cada uma das freguesias, assim que haja possibilidade, porque pelo que percebeu havia pelo menos duas freguesias em que haveria questões por clarificar, referindo que uma tinha posições diferentes das tomadas no início do processo e outra freguesia que manifestou interesse em falar com a equipa técnica para ver de que forma as propostas que fizeram, haviam sido trabalhadas. Declarou que que se pudesse estar presente na reunião, estaria. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Perguntou se os técnicos que tiveram contrato com a Câmara já tinham um novo contrato, porque até tinha dúvidas, não sendo jurista, da legitimidade ou da validade do trabalho executado não havendo uma relação contratual, pelo que gostaria de saber se esse assunto já estava resolvido. --
- Disse que quando falou em cronograma se referia, também, à análise da Câmara Municipal sobre esta matéria porque, sem colocar em causa a pertinência da equipa técnica externa e interna na abordagem daquele assunto, sabia que a decisão daquele assunto era única e exclusivamente política e que os técnicos externos e internos teriam, naturalmente, que fazer esse trabalho para posterior validação política. Solicitou informação sobre quando a Câmara se irá debruçar sobre esta matéria para que lhes seja possível organizar as suas vidas em função disso e, ainda, se isso já estava devidamente definido.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Informou que o que ficou definido foi a orientação das peças que faltavam de aspetos técnicos e não políticos e, para além disso, definiu-se que seria preciso fazer uma discussão ou uma aproximação a entidades externas à Câmara, algumas de difícil acesso, nomeadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Comunicou que assim que o cronograma estiver elaborado e se houver possibilidade de o voltarem a avaliar, isso será feito o mais rapidamente possível. Disse que tinha conhecimento de como tinha corrido a reunião e que tinha sido muito exigente, talvez mais do que o normal. Acrescentou que em relação a relação jurídica ou contratual, não estava preocupado, mas que se fosse preciso pediam um parecer. Ao contrário do que às vezes era dito por causa da forma como o processo do Plano Diretor Municipal decorreu a equipa começou a produzir mais, provavelmente, a partir em fevereiro ou março do ano passado e realizaram-se muitas reuniões. Comunicou que a equipa sentir-se-ia incomodada, porque foi contratada para concluir aquele processo se tivesse que celebrar um novo contrato para concluir

esse processo. Confessou que esperava que isso não aconteça, mas que o pior que podia acontecer, era deixar-se esta equipa para trás e contratar outra equipa. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Clarificou, para não restarem dúvidas, disse que podia ter depreendido mal, mas pelas palavras do senhor Presidente não iria ser celebrado um outro contrato para concretizar este processo, questionando se este processo vai ser concluído em regime *pro-bono*, por parte da *Jorge Afonso Urbanistas*.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, pelas suas expectativas neste momento, o processo iria ser concluído em regime *pro-bono* por parte da *Jorge Afonso Urbanistas*. Ainda que entenda que se o processo se arrastar demasiado ou se lhes forem pedidas coisas que vão para além daquilo que foi contratualizado será provável que tenha de se lhes pagar. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que o senhor Presidente podia ver que o contrato não tinha propriamente objetivos concretos a atingir, tinha um valor mensal que era para acompanhar o processo e não tendo contrato, confessando que não era adepto *pro-bono* em lado algum, porque as pessoas deviam ser ressarcidas na medida do seu esforço, de uma forma justa e equitativa, face aos outros. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a equipa, refletindo aquilo que foi feito, naquilo que estava acordado com eles, estando escrito ou não, aquilo que lhe foi transmitido era que não se sentiam bem ser pagos por um trabalho que não terminaram. Achou que o anterior Presidente foi muito objetivo naquilo que combinou com a equipa. Acrescentou que foi a própria equipa que lhe colocou a questão, mas que se puderem esclarecer melhor que o iriam fazer. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Relativamente à questão do Plano Diretor Municipal referiu que o senhor Presidente disse que lhes ia apresentar um novo cronograma, mas na verdade, já tinham um cronograma que tinha uma base onde se dizia o que estava feito e o que estava por concluir. Seria, nesse sentido, que dizia que estaria efetivamente ultrapassado, porque algumas metas teriam que ser concretizadas à data e ainda não o foram e, portanto, o que seria importante para a Câmara Municipal, até para se fazer uma análise daquilo que à data lhes foi apresentado e aquilo que hoje foi feito, passados três ou quatro meses, porque havia coisas que não estavam feitas relacionadas com fases de diagnóstico, acrescentando que foi sempre contra o facto de se estar a fazer uma revisão do Plano Diretor Municipal sem que o diagnóstico estivesse concluído. Sobre a questão do contrato com a equipa, lembrou que se fizeram contratos com outros planos, recordando-se do caso do Vale do Grou, onde havia um contrato com uma empresa e, no fim, não deu qualquer resultado pelo que tiveram de contratar outra empresa para terminar um procedimento iniciado pela primeira empresa que tinha um contrato e não o cumpriu. Chamando a atenção para isso, porque não lhe pareceu que aquela fosse a solução para a revisão do Plano Diretor Municipal. Disse que o senhor Presidente tinha estabelecido um prazo que teria condições de apresentar proposta este ano, mas estavam a remeter para o próximo ano, ficando preocupada com a questão de não terem contrato. Referiu que o senhor Presidente pediu ao professor Jorge Carvalho para se fazerem reuniões com as Juntas de Freguesia, por ter havido uma que manifestou ser contra algumas decisões. Disse ter ouvido o senhor Presidente de Junta de Ferrel ter dito que estava contra determinadas soluções porque só agora, recebeu o texto do regulamento e percebeu que era mais gravoso, as medidas que eram aplicadas do que aquela que via só com a Planta de Ordenamento. Lembrou o senhor Presidente que o

regulamento que tinham hoje foi aquele que lhes foi apresentado de princípio e nunca foi revisto no seu corpo e isso vai criar problemas. -----

- Questionou o senhor Presidente sobre a adesão aos “Municípios sem glifosatos”, que o senhor Presidente ficou de dar uma resposta, porque o munícipe que a contactou aguardava essa informação. Inquiriu, com mais detalhe, sobre a adesão, nomeadamente quais as condições da adesão, lembrando o senhor Presidente que tinham um défice com informação dos Serviços de Higiene e Limpeza, sobre que medidas se podiam aplicar, que ajudas se podia ter, que investimentos teriam de ser feitos para que as Juntas de Freguesia também deixem de usar glifosatos e possam utilizar outras técnicas.-----

- Sinalizou o surgimento de ratos em Atouguia da Baleia, referindo que lhe foi dito que na Rua Padre José Tavares, na Rua da Misericórdia, na Rua do Clara, na Rua do Ouro e na Travessa do Adro, têm aparecido ratos com alguma frequência e dimensão, referindo que a Junta de Freguesia tinha conhecimento e uma série de pessoas a fazerem reclamações. -----

- Agradeceu ao senhor Presidente a prontidão de ter pedido à fiscalização que realizasse um levantamento de um Auto para ver em que condições estava o quarteirão no centro de Peniche, na Rua dos Hermínios, onde estavam os cães guardados e onde havia, também, muito lixo, muitos ratos e outros animais infestantes. Disse ter sabido que houve uma vistoria técnica ao local, todavia, a situação dos cães mantinha-se e, uma vez que nesta reunião veio uma situação de cães agressivos, chamou à atenção mais uma vez para essa situação, porque a situação dos cães não estava de todo resolvida. -----

- Disse que o senhor Presidente, desde que tomou posse nesta Câmara Municipal, enquanto Presidente de Câmara, foi respondendo a esta Câmara Municipal, relativamente à Associação Protetora dos Animais de Peniche e à verba atribuída pela anterior Câmara Municipal para a conclusão de um canil, de um apoio ou de um abrigo da APAP na freguesia da Atouguia da Baleia, mas continuava com dúvidas relativamente às verbas e aos fundos que tinham sido atribuídos a esta Associação, da qual o senhor Presidente ainda é Presidente e neste momento tornava-se insustentável estar há dois anos na Câmara Municipal sem saber o que aconteceu aos trinta mil euros, sem ter sequer, um relatório, uma informação, quer por parte da Câmara, quer por parte daquela Associação. Declarou que, tratando-se de dinheiros públicos se a informação detalhada não estivesse no seu email, para sexta-feira poderem ver o que aconteceu, iria efetivamente, tomar outra posição. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Relativamente à Associação Protetora dos Animais de Peniche e à verba atribuída pela anterior Câmara Municipal para a conclusão de um canil na freguesia da Atouguia da Baleia, disse que ainda não fez a informação porque ainda não teve oportunidade, não conseguiu. Disse que a Associação Protetora dos Animais de Peniche devolverá a maior parte do dinheiro, quase a totalidade e vai detalhadamente informar quanto é que foi aplicado, acrescentando que o canil não estava acabado porque foi eleito Presidente de Câmara e, desde que entrou em campanha eleitoral, deixou de ter tempo para a Associação Protetora dos Animais de Peniche. Disse que iria dar a informação de uma forma exaustiva e, inclusive, marcar uma Assembleia para terminar um processo. Manifestou a sua tristeza que ninguém tivesse querido agarrar na direção da Associação Protetora dos Animais de Peniche como Presidente. -----

- Em relação ao Plano Diretor Municipal disse que já informou. -----

- Informou que, em relação aos glifosatos, a comunicação foi feita, e solicitou que se avaliasse o ofício para verificar se foi tudo feito corretamente. Contudo, afirmou que não houve nenhum retorno na comunicação. -----

-Em relação aos ratos, garantiu que a questão iria ser tratada. -----

-Em relação aos cães guardados, disse que tinha a informação de que os animais estavam controlados e estavam a aguardar uma decisão para ver se concretizavam ou não, a transação.

Reafirmou que lhe foi garantido que os animais estavam devidamente controlados, estavam limitados a um espaço e registou que se as coisas não corresponderem à realidade, terá que se tomar medidas, referindo que até pediu para além da vistoria uma outra intervenção. Agradeceu e declarou que irá solicitar informação.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) *Alteração ao plano de alinhamentos, Troço 4, na Avenida do Mar, em Ferrel – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:*-----

Deliberação n.º 1158/2019: Por proposta dos senhor Presidente, a Câmara Municipal tomou conhecimento do estudo elaborado pela divisão de Planeamento e Gestão Urbanística – Estudo e Projetos, em 11 de setembro de 2019, para alteração ao plano de Alinhamentos FSP021/08 – Troço 4, sito na Avenida do Mar, na localidade de Ferrel, e deliberou solicitar parecer à Junta de Freguesia de Ferrel. (DPGU 34/19)-----

2) *Edifícios abrangidos pela majoração e pela minoração das taxas de IMI, para o ano de 2019 – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:*-----

Deliberação n.º 1159/2019: Por proposta do senhor Presidente, a Câmara Municipal tomou conhecimento da informação da FTOP416/19, datada de 2 de outubro de 2019, relativa a esclarecimentos sobre os prédios abrangidos pela majoração e minoração da taxa de IMI para o ano 2019, conforme consta no parecer técnico da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística-Setor de Fiscalização Técnica de Obras Particulares (DPGU-FTOP), datada de 2 de outubro de 2019. (DPGU FTOP416.19 IMI)-----

3) *Operação de loteamento na Serra d’El-Rei, apresentado em nome de Serrana – Associação Desportiva, Cultura e Recreativa de Serra d’El Rei – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:*---

Deliberação n.º 1160/2019: Por proposta do senhor Presidente, a Câmara Municipal tomou conhecimento do ponto de situação atual do processo de loteamento, apresentado por A Serrana - Associação Desportiva, Cultural e Recreativa sito na localidade de Serra d’El-Rei, bem como das medidas necessárias a adotar pelos serviços da Divisão de Planeamento e Gestão urbanística (DPGU), para bom andamento do mesmo. (DPGU L18/92)-----

4) *Unidade de Execução para as instalações do posto territorial da GNR de Peniche, em Atouguia da Baleia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:*-----

Deliberação n.º 1161/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Anular a decisão tomada na alínea b) da deliberação camarária n.º 812/2019, de 1 de julho de 2019, relativa à Unidade de Execução para as instalações do posto territorial da GNR de Peniche, em Atouguia da Baleia, aprovar a nova proposta da DPGU, datada de 2 de outubro de 2019, de redistribuição de benefícios e encargos, conforme documentos anexos, e aceitar parte da contraproposta da cooperante particular, Maria Violeta Chagas, apresentada no dia 16 de setembro de 2019, nos termos constantes da proposta da DPGU atrás referida;

Decidir consultar formalmente a outra cooperante da Unidade de Execução sobre a nova

proposta de redistribuição de benefícios e encargos;

Decidir proceder à elaboração da minuta do contrato de urbanização, caso a outra cooperante concorde com os termos propostos.» (Doc.649 DPGU) -----

5) Pedido de licenciamento para alteração e ampliação de moradia unifamiliar e legalização de anexo, para o prédio sito na Rua dos Correias, n.º 8, em Fetais, apresentado em nome de Penichelar - Compra e Venda de Imóveis, L.^{da} – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1162/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 1 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de indeferir o pedido, apresentado em nome de Penichelar - Compra e Venda de Imóveis, L.^{da}, em 16 de outubro de 2018, para alteração e ampliação de moradia unifamiliar e legalização de anexo, para o prédio sito na Rua dos Correias, n.º 8, localidade de Fetais, em Atouguia da Baleia, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 30 de setembro de 2019, nomeadamente por incumprimento da alínea a) do n.º 3.1 do artigo 11.º do Regulamento do PDM, na sua atual redação, bem como do artigo 23.º do RMUE de Peniche (considerando a ampliação do anexo a tardoz da moradia).» (Doc.650 DPGU 234/18) -

6) Pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 96/18, para o prédio sito na Rua da Padaria, n.º 5, em Ferrel, apresentado em nome de Ana Paula Soares Bernardo Marques – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1163/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 1 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 96/18, para o prédio sito na Rua da Padaria, n.º 5, localidade de Ferrel, apresentado em nome de Ana Paula Soares Bernardo Marques, no dia 13 de junho de 2019, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 1 de outubro de 2019.» (Doc.651 DPGU 671/19) -----

7) Pedido de licenciamento para instalação de abrigo para produção agrícola em estrutura ligeira, sito na Quinta da Granja, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Hortogiga, Unipessoal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 1164/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 1 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar e deferir o pedido de licenciamento ao abrigo do disposto n.º 3 do artigo 20.º e n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), apresentado no dia 19 de julho de 2019, em nome de Hortogiga, Unipessoal, para instalação de abrigo para produção agrícola em estrutura ligeira, sito na Quinta da Granja, localidade de Atouguia da Baleia, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 1 de outubro de 2019.» (Doc.652 DPGU 811/19)-----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

8) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Urbanização Fonte do

Rosário, Lote 5, em Peniche, requerida por Tolca – Construção, Gestão Patrimonial e Comércio, S.A. - Pelouro das Obras Municipais:-----

Deliberação n.º 1165/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 30 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 66.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), proponho que a Câmara Municipal aprecie para certificar em conformidade com o Auto de vistoria em anexo, para efeitos de Certidão de Propriedade Horizontal, referente ao prédio sito no Lote 5 da Urbanização “Fonte do Rosário”, Peniche, em nome de TOLCA – Construção, Gestão Patrimonial e Comércio, S.A.» A senhora Vereadora Cristina Leitão não participou na apreciação e votação deste assunto. (Doc.653 NIPG 17188/19) -----

TOPONÍMIA:

9) Atribuição do nome de Rua do Conhecimento, a uma artéria da localidade de Peniche – Pelouro de Ligação às Freguesias:-----

Deliberação n.º 1166/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o pedido efetuado em 24 de julho de 2019, pela Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, para atribuição do topónimo (Avenida ou Alameda do Conhecimento), ao arruamento, contíguo e sito a sul da referida escola;

Considerando a análise efetuada pela Comissão Municipal de Toponímia, de 19 de setembro de 2019, que entende não ter o arruamento características para ser denominado de Avenida ou Alameda, e a posição transmitida pela respetiva Junta de Freguesia, através do seu ofício recebido nesta data, e nos termos do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, estão reunidos os pressupostos para atribuir o nome de “Rua do Conhecimento”, nesta cidade, à artéria contígua e sita a sul da referida Escola, e que entronca a nascente com a Rua Irmã Glória de São Vicente de Paulo.

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, atribua o referido topónimo.» (Doc.654 NIPG 13567/19)-----

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE:

10) Hasta pública para ocupação de espaço público para o exercício da atividade de prestação de serviços de restauração e bebidas não sedentárias no Porto da Areia Sul, em Peniche – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 1167/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de setembro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que o concorrente vencedor da última hasta pública para o mencionado lugar, não

efetivou o pagamento do valor da arrematação (informação n.º 1481/19, de 14 de setembro de 2019), ficando, assim, sem efeito a atribuição do referido espaço, e que foi apresentado novo pedido para o exercício da atividade no local em questão, nos termos do artigo 60.º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público, proponho a realização de hasta pública para o efeito, nos seguintes termos:

1. Espaço a atribuir:

- *Porto Areia Sul em Peniche – ver mapa anexo.*

2. *Horário de funcionamento:*

- *Das 10 horas às 2 horas, com possibilidade de alargamento mediante autorização da Câmara Municipal.*

3. *Dias de funcionamento:*

- *Todos os dias.*

4. *Prazo:*

a) *O direito de ocupação do espaço a concurso terá a duração de um ano, contado a partir da adjudicação definitiva.*

b) *No final do prazo estabelecido na alínea anterior o direito de ocupação do espaço público a concurso poderá ser renovado a requerimento do titular, a apresentar no prazo mínimo de 30 dias do final do termo.*

c) *Aquando da apresentação do requerimento para renovação do prazo, nos termos da alínea anterior, o titular não pode ter dívidas ao Município de Peniche, sob pena de indeferimento.*

d) *O direito de ocupação do espaço a concurso pode ser revogado a todo o tempo sempre que o interesse público assim o exigir.*

5. *Taxa*

Nos termos do artigo 58.º n.º 2 alínea c) da Tabela de Taxas, anexa ao Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município de Peniche, o valor a pagar, mensalmente, pela ocupação é de 41,40 euros por m² do espaço ocupado, o qual poderá ser alterado em sede de Revisão da Tabela de Taxas, anexa ao Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município de Peniche.

6. *Condições para o exercício da atividade*

a. *A ocupação do espaço é circunscrita exclusivamente ao espaço objeto do título, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Peniche, não sendo permitido colocar quaisquer outros objetos fora desse espaço sem a prévia autorização do Município de Peniche;*

b. *Todo o equipamento a utilizar tem de ser autoportante, não recorrendo a fixações ou perfurações no pavimento, no mobiliário urbano, no arvoredo nem em qualquer elemento pré-existente;*

c. *O equipamento utilizado no exercício da atividade deverá ser mantido em bom estado;*

d. *Os títulos emitidos não compreendem o fornecimento de energia elétrica ou água.*

7. *Proibições*

Todas as proibições a que os titulares do direito de ocupação dos espaços estão sujeitos, estão previstas no artigo 75.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua atual redação.

8. *Regras gerais*

Todas as demais regras são as constantes da legislação em vigor, designadamente do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua atual redação.

9. *Procedimento de atribuição*

a. *O procedimento de atribuição do direito de ocupação do espaço será a hasta pública – carta fechada;*

b. *O valor base de arrematação é de 100,00€;*

c. *Podem concorrer todas as pessoas, singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras;*

d. *A proposta é inserida em envelope fechado e é constituída pelos seguintes elementos:*

i. *O nome do proponente;*

ii. *O n.º de identificação (Bilhete de identidade ou Cartão de Cidadão);*

iii. *O espaço pretendido;*

iv. *O valor oferecido, não podendo ser inferior à base de arrematação.*

v. *No exterior do envelope deverá constar apenas “Hasta pública – Porto da Areia Sul em*

Peniche”.

e. A proposta deverá ser entregue nos Serviços Centrais do Município, sitos no Edifício Sede do Município entre as 9h00 às 16h00, nos dias úteis e até às 16h00 do dia 21 de outubro, de 2019, ou pelo correio, para Largo do Município, 2520-239 Peniche.

f. Se o envio das propostas for feito por correio, o proponente deverá tomar as diligências necessárias a fim de que a proposta dê entrada nos serviços do Município de Peniche até à data e hora limite fixadas para a entrega da proposta, sendo o único responsável pelos atrasos que porventura se verificarem;

g. O ato público da hasta pública terá lugar no dia 22 de outubro de 2019, pelas 10h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, e será presidido pelo Presidente da Comissão;

h. Os interessados que apresentaram propostas, nos termos da alínea e), terão obrigatoriamente de estar presentes no ato público referido na alínea anterior, ou fazer-se representar por procurador, devidamente habilitado para o efeito, e estarem munidas em quaisquer dos casos, dos bilhetes de identidade e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão, bem como dos meios e documentos necessários ao cumprimento da alínea n), sob pena de a respetiva proposta não ser aceite;

i. A Comissão de acompanhamento do ato público é constituída por: Presidente: Ana Rita Petinga, Vereadora do Pelouro das Finanças, 1.º membro efetivo: Josselène Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças; 2.º membro efetivo: Luís Veríssimo Coordenador Técnico da Secção de Taxas e Licenças, e como membros suplentes: Ana Nunes, Técnica Superior da DAF, Sónia Leal, Assistente Técnica da DAF e Paula Bento, Assistente Técnica da DAF;

j. O direito de ocupação dos espaços será atribuído a quem apresentar a maior proposta para arrematação;

k. Em caso de empate do valor mais alto o mesmo será desempatado por leilão, que decorrerá no ato público, sendo atribuído a quem apresentar o maior valor;

l. No final do ato público a Comissão elabora o relatório do ato público;

m. A adjudicação é da competência da Câmara Municipal, com base no relatório do ato público;

n. A adjudicação provisória formalizar-se-á com o imediato pagamento, no final da arrematação.

o. Após a adjudicação definitiva o proponente vencedor, deverá solicitar a emissão do alvará no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação do município;

p. O exercício da atividade só poderá ocorrer após emissão do referido alvará, e reunidos todos os requisitos para o exercício da atividade em causa, nos termos da Legislação em vigor.

q. Com a emissão do alvará, o titular passa a ter a obrigação do pagamento mensal da taxa de ocupação do espaço, prevista no artigo 58.º n.º 2 alínea c) da Tabela de Taxas, anexa ao Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município de Peniche. As restantes regras relativas ao pagamento são as constantes no Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços.

r. O direito de ocupação do espaço não poderá ser transmitido, total ou parcialmente, sem prévia e expressa autorização da Câmara Municipal.» (Doc.655 NIPG 17426/19)-----

PROTÓCOLOS:

11) Protocolo de Colaboração entre o Município de Peniche e APPeniche – Associação Patudos de Peniche – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 1168/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 3 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que a APPeniche – Associação Patudos de Peniche se dedica a recolher e a tratar os animais abandonados no concelho de Peniche, tratando deles até à sua adoção, o que se reveste de interesse público municipal tendo em conta as atribuições no âmbito da proteção animal, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do

artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a minuta de protocolo a celebrar entre o Município e a APPeniche – Associação Patudos de Peniche para incentivo à adoção responsável e abrigo de animais errantes, bem como respetiva esterilização.» (Doc.656 NIPG 18048/19)-----

12) Protocolo para a realização de estágio curricular – Curso de Assistente Administrativo, a celebrar entre o Município de Peniche e a Saber Transmitir - Consultoria, Educação e Formação, Unipessoal, L.da - Pelouro dos Recursos Humanos:-----

Deliberação n.º 1169/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 3 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo ao solicitado pela Saber Transmitir e à informação dos Serviços de 30 de setembro, proponho, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove o protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Saber Transmitir, em anexo, que tem por objeto a realização de 1 Estágio Curricular – Curso de Assistente Administrativo.» (Doc.657 NIPG 18009/19)-----

EDUCAÇÃO:

13) Atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior para o ano letivo de 2019/2020 – Pelouro da Educação:-----

Deliberação n.º 1170/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 1 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Setor de Educação, datada de 1 de outubro de 2019, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorize o início do procedimento para atribuição de treze bolsas de estudo para o ano letivo 2019/2020, no valor de 1000,00 euros cada uma, nos termos e de acordo com os procedimentos definidos no Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, no período compreendido entre o dia 28 de outubro e 22 de novembro.» (Doc.658 NIPG 17867/19)-----

14) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Maria Martinho Serralha – Pelouro da Educação:-----

Deliberação n.º 1171/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, e na Portaria n.º 181/86, de 6 de maio, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, proceda à audiência prévia do requerente manifestando a intenção de indeferir o pedido de comparticipação do passe escolar, no âmbito da rede de transportes escolares, da aluna Maria Martinho Serralha, a frequentar o 2.º ciclo na Escola Afonso Rodrigues Pereira, em Miragaia, tendo em conta a existência de oferta equivalente no Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia e que o apoio na comparticipação do passe escolar foi concertado com o Município da Lourinhã.» (Doc.659 NIPG 15046/19)-----

15) Comparticipação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Bianca Ribeiro Raimundo – Pelouro da Educação:-----

Deliberação n.º 1172/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 4 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, e na Portaria n.º 181/86, de 6 de maio, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, participe os encargos com a utilização de transportes públicos, no âmbito da rede de transportes escolares, com 100% do valor do passe da aluna Bianca Ribeiro Raimundo, residente em Atouguia da Baleia, a frequentar o 2.º ciclo na EB 23 D. Luís de Ataíde, tendo em conta os procedimentos dos anos anteriores justificados com as necessidades educativas permanentes da aluna e a necessidade de estabilidade pedagógica.» (Doc.660 NIPG 15853/19)-----

16) Participação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pelo aluno Diogo Pereira Trindade – Pelouro da Educação: -----

Deliberação n.º 1173/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, e na Portaria n.º 181/86, de 6 de maio, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, participe os encargos com a utilização de transportes públicos, no âmbito da rede de transportes escolares, com 50% do valor do passe do aluno Diogo Pereira Trindade, a frequentar o ensino secundário na escola Secundária Dr. João Manuel da Costa Delgado, tendo em conta a inexistência de oferta equivalente no Município de Peniche.» (Doc.661 NIPG 16969/19)-----

17) Participação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Melissa Isabel Capítulo Nogueira – Pelouro da Educação: -----

Deliberação n.º 1174/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, e na Portaria n.º 181/86, de 6 de maio, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, participe os encargos com a utilização de transportes públicos, no âmbito da rede de transportes escolares, com 50% do valor do passe da aluna Melissa Isabel Capítulo Nogueira, a frequentar o ensino secundário na escola Secundária Raúl Proença, tendo em conta a inexistência de oferta equivalente no Município de Peniche.» (Doc.662 NIPG 15988/19)-----

18) Participação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Rafaela Monteiro Luz Harris Calado – Pelouro da Educação: -----

Deliberação n.º 1175/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, e na Portaria n.º 181/86, de 6 de maio, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, participe os encargos com a utilização de transportes públicos, no âmbito da rede de transportes escolares, com 50% do valor do passe da aluna Rafaela Monteiro Luz Harris Calado, a frequentar o ensino secundário na escola Secundária Dr. João Manuel Delgado, tendo em conta a inexistência de oferta equivalente no Município de Peniche.» (Doc.663 NIPG 17091/19) -----

19) Participação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Rita Teixeira Fernandes – Pelouro da Educação: -----

Deliberação n.º 1176/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, e na Portaria n.º 181/86, de 6 de maio, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, participe os encargos com a utilização de transportes públicos, no âmbito da rede de transportes escolares, com 50% do valor do passe da aluna Rita Teixeira Fernandes, a frequentar o ensino secundário na escola Secundária Dr. João Manuel da Costa Delgado, tendo em conta a inexistência de oferta equivalente no Município de Peniche.» (Doc.664 NIPG 16190/19)-----

20) Participação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pela aluna Sofia Leal Amador – Pelouro da Educação: -----

Deliberação n.º 1177/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, e na Portaria n.º 181/86, de 6 de maio, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, participe os encargos com a utilização de transportes públicos, no âmbito da rede de transportes escolares, com 50% do valor do passe da aluna Sofia Leal Amador, a frequentar o ensino secundário na escola Secundária Raúl Proença, tendo em conta a inexistência de oferta equivalente no Município de Peniche.» (Doc.665 NIPG 15868/19)-----

21) Participação para transporte escolar no ano letivo 2019/2020, solicitada pelo aluno Alexandre da Silva Murraças – Pelouro da Educação: -----

Deliberação n.º 1178/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, e na Portaria n.º 181/86, de 6 de maio, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, participe os encargos com a utilização de transportes públicos, no âmbito da rede de transportes escolares, com 50% do valor do passe do aluno Alexandre da Silva Murraças, a frequentar o ensino secundário na escola Secundária Raúl Proença, tendo em conta a inexistência de oferta equivalente no Município de Peniche.» (Doc.666 NIPG 16549/19)-----

22) Informação sobre o início do Ano Letivo 2019/2020 – Pelouro da Educação: -----

Deliberação n.º 1179/2019: Deliberado retirar da ordem do dia a informação sobre o início do Ano Letivo 2019/2020, devendo ser presente na próxima reunião da Câmara Municipal. (NIPG 17997/19)-----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

23) Aquisição de um prédio, sito no Brejo, em Ferrel, propriedade de Vítor Manuel Martins Vigário – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1180/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara,

datada de 2 de outubro de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«*Considerando:*

- *As aquisições realizadas pelo Município de terrenos localizados entre as Escolas de Primeiro Ciclo de Ferrel, com o intuito de criar um espaço de lazer, com condições para a realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Guia;*

- *Que se concluiu que é necessário ampliar o espaço e que existe um terreno adjacente cujo o proprietário está interessado em alienar;*

- *Que da avaliação imobiliária ao terreno concluído que tem um valor de avaliação 90.000€;*

e

- *Que na reunião de 6 de agosto de 2019, a Câmara Municipal, deliberou aceitar o donativo da “Associação Proferrel, no valor de 40.000,00 €, como forma de apoio à aquisição do terreno contíguo ao prédio rústico, sito em Arneiro, Ferrel, descrito na Conservatória do Registo Predial de Peniche sob o n.º 459, da freguesia de Atouguia da Baleia, e inscrito na matriz predial rústica da mesma freguesia sob o artigo 6 - secção E.”*

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adquira para integração no domínio privado do Município de Peniche, o prédio rústico, sito no Brejo, em Ferrel, descrito na Conservatória do Registo Predial de Peniche sob o n.º 1338 e inscrito na matriz predial rústica da mesma freguesia sob o artigo 7 - secção E, a Vítor Manuel Martins Vigário, pelo valor global de 90.000 €.» (Doc.667 NIPG 17899/19) -----

FIXAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS:

24) Fixação dos preços pela prestação do serviço ao público de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de prestação de serviços e serviços auxiliares dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2020 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1181/2019: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os preços pela prestação do serviço ao público de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de prestação de serviços e serviços auxiliares dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2020, conforme consta na deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, tomada em sua reunião de 2 de outubro de 2019, que aqui se dá por reproduzida e de que se arquiva cópia em pasta anexa ao livro de atas e remeter à ERSAR para emissão de parecer.-----

A fundamentação referida na alínea d) do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, também se dá aqui por reproduzida e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas.» (Doc.668 NIPG 18000/19)-----

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL:

25) Colocação de um quiosque amovível de apoio à atividade Marítimo-Turística – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 1182/2019: Foi presente o ofício n.º 832-Px, datado de 13 de setembro de 2019 (NIPG 15629/19), da Docapesca – Portos e Lotas, S.A., referente à colocação de um quiosque amovível de apoio à atividade Marítimo-Turística, tendo sido deliberado oficialiar a Docapesca manifestando a discordância pela solução apresentada, e encarregar o senhor Presidente de, em articulação com a Docapesca, encontrar uma nova solução. (NIPG 15629/19) -----

DIVERSOS:

26) Atribuição de nome “Professor Nuno Bello” ao Polidesportivo do Bairro de Santa Maria, em Peniche – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 1183/2019: Deliberado retirar da ordem do dia a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 2 de outubro de 2019, referente à atribuição de nome “Professor Nuno Bello” ao Polidesportivo do Bairro de Santa Maria, em Peniche, devendo o assunto ser avaliado e presente numa próxima reunião de Câmara. (NIPG 10912/19)-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 1184/2019: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo treze horas e cinco minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de fevereiro de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)